

REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NO BRASIL: NARRATIVAS EM DISPUTA

Isadora Gonçalves França

Doutoranda em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ (PPGHC – UFRJ).

RESUMO: O artigo analisa comparativamente a narrativa adotada pela grande mídia brasileira na transmissão das manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil com a narrativa de viés libertário/anarquista de determinados manifestantes. A questão que tentaremos investigar gira em torno da hipótese de que a grande mídia optou por utilizar uma narrativa que influenciou a criminalização de manifestantes radicais dando e entender, para seus leitores, que fazia um jornalismo imparcial. Por isso, a comparação entre duas narrativas diferentes e em dados momentos até mesmo opostas sobre as manifestações, que chamaremos aqui de Revolta dos Governados, será feita utilizando elementos das teorias decolonial e anarquista. Os pontos comparados serão: ocupação das ruas pelos manifestantes, ação policial e depredação de patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas, Revolta dos Governados, Grande Mídia, manifestantes.

ABSTRACT: The article comparatively analyzes the narrative adopted by the mainstream Brazilian media in the transmission of the demonstrations that took place in June 2013 in Brazil with the libertarian/anarchist bias narrative of certain demonstrators. The question that we will try to investigate revolves around the hypothesis that the mainstream media chose to use a narrative that influenced the criminalization of radical demonstrators by giving and understanding, for their readers, that it was impartial journalism. For this reason, the comparison between two different and at times even opposing narratives about the demonstrations, which we will call here Revolta dos Governados, will be made using elements of decolonial and anarchist theories. The points to be compared will be: occupation of the streets by demonstrators, police action and destruction of property.

KEYWORDS: Narratives, Revolt of the Ruled, Mainstream Media, protesters.

INTRODUÇÃO

O aumento nas tarifas de transporte público em várias cidades do Brasil em junho de 2013 foi o estopim para uma série de manifestações sociais que como interpretou Raquel Rolnik (2013), causaram um “terremoto” capaz de desestruturar uma espécie de estabilidade que vivia o país, além de trazer à tona uma série de insatisfações populares.

Convocadas pelo Movimento Passe Livre, o intuito inicial era conseguir a revogação do aumento de R\$ 0,20 centavos nas passagens de ônibus, trem e metrô. As manifestações começaram a ganhar atenção popular em São Paulo, quando diversas vias principais da cidade foram ocupadas pelos manifestantes. Em poucos dias os protestos se expandiram pelo país, as pautas defendidas se multiplicaram e as manifestações alcançaram âmbito nacional após relatos de truculência policial circularem pela internet. Mesmo após a revogação do aumento das tarifas de transporte público no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e diversas outras cidades do país, os manifestantes permaneceram nas ruas protestando.

A grande mídia se fez presente durante todo o período em questão trazendo à luz suas perspectivas sobre os atos. No começo de junho, quando do início das manifestações, a imprensa focava em ações de depredação do patrimônio público, violência por parte dos manifestantes durante os atos, trânsito congestionado e caos por onde passava a manifestação. Nesta narrativa a polícia era *vítima* e apenas “reagia” aos atos de violência dos manifestantes, com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha.

Após uma grande adesão popular aos protestos, os noticiários modificaram seu discurso, começaram a distinguir as manifestações e os manifestantes entre “pacíficos” e “violentos” adotando uma posição favorável às manifestações “pacíficas”, levantando bandeiras aparentemente alheias aos atos, mas continuaram rotulando alguns manifestantes de “vândalos”.

Os manifestantes, por sua vez, trouxeram suas interpretações através das redes sociais, que nesse momento mostraram-se uma ferramenta alternativa e eficaz para publicar e divulgar os protestos. Logo, quem acompanhava as manifestações através da grande mídia e das redes sociais percebia a discrepância entre a narrativa da imprensa e a narrativa dos manifestantes. Nesta era mencionada uma desmedida violência policial destinada aos manifestantes ou a qualquer um que entrasse no caminho da polícia, além da crítica contundente às estruturas estatais e à grande mídia e um debate enfático sobre as reivindicações dos manifestantes.

Neste artigo apresento uma comparação entre narrativas de manifestantes de viés libertário ou anarquista que participaram da revolta popular e o discurso de jornais corporativos, com o

objetivo de investigar a narrativa da grande mídia que, propagandeada como imparcial, sustenta na verdade uma versão dos eventos. Pretendemos investigar qual versão é esta e de qual *locus* de enunciação ela provém.

Além deste, outro objetivo deste texto é oxigenar o debate em torno das manifestações ao trazer relatos de manifestantes que não tiveram espaço nos grandes meios de comunicação, além disso, não se uniram a nenhum grupo pré-estabelecido da esquerda, como os partidos políticos, por exemplo. Partindo do princípio que os significados de 2013 no Brasil ainda estão em aberto, a memória das testemunhas, ainda viva, e a demanda social em torno dos protestos, ainda recorrente, achamos de suma importância trazer diferentes visões do que foram as manifestações, afim de oxigenar um debate que na maior parte das vezes ficou/fica estrito à grandes meios de comunicação e no máximo entre intelectuais da esquerda estadolátrica¹⁹. Os protestos ocorridos em 2013 são um acontecimento vivo na memória das testemunhas, podendo ter seus sentidos modificados e reajustados de acordo com as demandas sociais de cada momento (DOSSE, 2012)

Antes de mais nada, precisamos explicar porquê estamos chamando as manifestações de 2013 no Brasil de *Revolta dos Governados*. Na verdade, estamos defendendo este termo. Trata-se aqui de uma disputa interpretativa sobre as manifestações, disputa esta que se inicia na escolha das palavras que estamos adotando. Quem primeiro cunhou esta expressão foi Wallace de Moraes (2018) em seu livro *Revolta dos Governados ou, para que esteve presente, Revolta do vinagre*, publicado em 2018, trazendo uma detalhada e ampla pesquisa sobre as manifestações sob um viés anarquista de análise.

Dentre as diversas interpretações ideológicas dos protestos, a revolta popular de 2013 foi intitulada de diferentes nomes, o mais comum deles foi “Jornadas de Junho”. Não acreditamos, porém, que o termo “jornadas” seja o mais apropriado para se referir aos protestos, uma vez que seus significados não condizem com *protestos de rua, enfrentamento popular* ou *insurgência*. Soma-se a isso o fato de que as manifestações não aconteceram apenas durante o mês de junho de 2013, mas perduraram meses e até anos seguintes, sendo assim o termo *Jornadas de junho* acaba por limitar os protestos, escondendo sua amplitude.

Chamamos aqui de governados os trabalhadores precarizados, os grupos minoritários que sofrem com o racismo, machismo, patriarcalismo, lgbtfobia, aqueles que não possuem riquezas,

19 A palavra Estadolatria significa basicamente “idolatria do Estado”. O termo, a partir da abordagem que iremos adotar, refere-se a todas aquelas teorias, ideologias e formas de organização social que consideram o Estado como necessário para a humanidade. Em que pese suas diferenças, teorias liberais, neoliberais, marxistas e até aquela que prega o esvaziamento dos serviços dos Estados, chamando-o de Estado mínimo, são estadolátricas por defenderem que o bem viver da humanidade depende da existência/permanência da instituição estatal na sociedade (MORAES, 2018b).

nem ocupam cargos de poder nas instituições estatais (todas aquelas provindas dos poderes executivo, legislativo e judiciário) e sociais. Dessa forma entendemos que a sociedade é dividida entre governantes e governados ou, para ser mais exata, entre aqueles que oprimem e aqueles que são oprimidos. Por isso 2013 foi um momento tão importante na história do Brasil, foi o momento em que os governados do país inteiro se revoltaram, deixando os governantes de mãos atadas, sem entender o que estava acontecendo e, durante algum tempo, sem conseguir agir diante do que estava acontecendo. Assim, acreditamos que Revolta dos Governados esteja muito mais de acordo com os acontecimentos que eclodiram em junho de 2013 no Brasil e se estenderam nos meses e anos seguintes, por reconhecermos a força da luta empreendida pelos de baixo, por aqueles que estão todos os dias vulneráveis às opressões sociais e institucionais empreendidas através dos governos e do sistema capitalista.

Dito isto, passemos ao nosso *corpus* documental. A narrativa da grande mídia será analisada através de notícias de três jornais impressos: O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. O relato dos manifestantes, através de fontes secundárias²⁰, quais sejam, trechos de entrevistas presentes no documentário *A partir de Agora*, dirigido pelo cineasta e militante audiovisual Carlos Pronzato, extraído da plataforma Youtube, do endereço <https://www.youtube.com/watch?v=3dlPZ3rarO0&t=67s>; um texto escrito por integrantes ativistas do Movimento Passe Livre, publicado no livro *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* e um artigo denominado *Retomar 2013: ação direta e trabalho de base como práticas de resistência*, escrito pelo manifestante Federico Venturini, publicado na Revista Estudos Libertários (REL/UFRJ)²¹, em que o autor traz trechos de entrevistas com manifestantes que entraram em ação em 2013 no Rio de Janeiro.

Três pontos referentes às manifestações serão comparados. Estes elementos identificados tanto nas páginas dos jornais como no relato dos manifestantes são: a ocupação das ruas pelos manifestantes, a ação policial durante as manifestações e o ataque ao patrimônio público ou privado. Pretendemos entender como cada elemento foi narrado tanto nas páginas dos jornais como nos relatos dos manifestantes, presente nas nossas fontes. A hipótese é de que a grande mídia optou por utilizar uma narrativa que influenciou a criminalização de manifestantes radicais e, além disso, narrou os eventos certificando aos seus leitores que estava a narrar a *verdade* dos fatos e de maneira imparcial e objetiva.

20 Não conseguimos encontrar postagens em redes sociais de manifestantes durante as manifestações, por isso optamos por utilizar as fontes apresentadas, todas elas contendo elementos de viés libertário ou anarquista, como horizontalidade e ação direta.

21 <<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39129>>.

Os momentos analisados serão divididos em dois, o primeiro momento começa com as primeiras notícias das manifestações nas páginas dos jornais, por volta dos dias sete e oito de junho de 2013. O segundo momento começa quando as manifestações tomaram âmbito nacional e houve uma enorme adesão popular aos protestos, o que começa a ocorrer por volta do dia 12 e 13 de junho em diante. A linha divisória entre os dois momentos é a divulgação da truculência policial nas redes sociais e o surgimento de jornalistas feridos pela ação policial, este último fato constrangeu os editores da grande mídia a reconhecer a violência policial, como conclui Moraes, esta foi uma atitude “baseada meramente num corporativismo de classe” (MORAES, 2018, p.18).

NOSSAS PREMISSAS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS

Como mencionado anteriormente, utilizaremos a comparação como metodologia para esta investigação. Nossa abordagem comparativa seguirá o método proposto por Marc Bloch, que sugere: “Praticar o método comparativo é pois, em ciências humanas (...) procurar, para as explicar, as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de natureza análoga, tiradas de meios sociais diferentes.” (BLOCH, 1998, p. 114).

O historiador apontou duas formas de utilização da comparação na história, uma na qual são estudadas sociedades separadas no tempo e no espaço e outra na qual são investigadas sociedades síncronas, próximas no tempo e tendo uma ou várias fontes comuns. Bloch utilizou o método que privilegiou as sincronias, os processos próximos no tempo e no espaço.

Fazendo o mesmo movimento de explicação do método comparativo, José D’Assunção Barros afirma que comparar

Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. (BARROS, 2014, p. 17)

Atualmente, após a contribuição de diversos outros pesquisadores e historiadores, como por exemplo, Marcel Detienne e Jürgen Kocka, a História Comparada não se limita a relacionar ou a comparar apenas realidades nacionais ou sociedades entre si. Independente da utilização sincrônica ou diacrônica do método comparativo, são muitos os exemplos de pesquisas em vários campos disciplinares relacionados à História que praticam a comparação em diversas outras esferas. Barros salienta que hoje existe uma “gama bem maior de âmbitos possíveis de comparação”, que vão desde a comparação entre realidades nacionais até a comparação entre regiões, processos econômicos ou políticos, instituições, entre “repertórios do imaginário” ou até mesmo pesquisas empenhadas em

comparar vidas distintas, fazendo uma alusão ao gênero criado na Antiguidade por Plutarco (BARROS, 2014, p. 76).

Neste texto em particular pretendemos comparar duas narrativas diferentes sobre um mesmo acontecimento, a Revolta dos Governados de 2013, a partir de elementos identificados em cada narrativa. Como já dito anteriormente, as unidades de comparação serão, por um lado, três jornais da grande mídia, jornal Folha de S. Paulo, jornal Estado de S. Paulo e jornal O Globo, e por outro, a narrativa libertária de manifestantes, contida em entrevistas cedidas ao cineasta Carlos Pronzato, presentes no documentário *A partir de Agora*; num texto escrito por integrantes ativistas do Movimento Passe Livre, publicado no livro *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* e no artigo denominado *Retomar 2013: ação direta e trabalho de base como práticas de resistência*, escrito pelo manifestante Federico Venturini, publicado na Revista Estudos Libertários (REL/UFRJ), em que o autor traz trechos de entrevistas com manifestantes que entraram em ação em 2013 no Rio de Janeiro.

Dito isto, pontuaremos também neste tópico nossas premissas teóricas, ou seja, a lente a partir da qual iremos enxergar ou comparar as narrativas postas em investigação. Partiremos de uma perspectiva que une as teorias Anarquista e Decolonial. Do anarquismo adotaremos sua concepção de liberdade, igualdade e horizontalidade, além de ação direta e autogoverno, alguns princípios básicos do anarquismo. Quanto à teoria decolonial, nos será útil a ideia de Racismo Epistêmico apontado por Ramón Grosfoguel (GROSFOGUEL, 2007).

A teoria anarquista nos ajudará a compreender a narrativa dos manifestantes que iremos considerar. Portanto desde já é necessário explicar de quais manifestantes estamos tratando, uma vez que as milhares de pessoas que foram às ruas em 2013 não eram uma massa homogênea, muito pelo contrário. Na observação participante de Wallace de Moraes, por exemplo, desde o início não houve convergência entre os manifestantes na discussão de diversos pontos. No Rio de Janeiro era comum haver uma tensão ou uma disputa pela liderança dos atos, no interior do Fórum de Lutas, por exemplo. Nesse sentido, alguns manifestantes defendiam que bandeiras de partidos políticos fossem levantadas durante os protestos, outros não queriam essas bandeiras, uns queriam carro de som nos protestos, outros não queriam se prender a um porta-voz, uns tinham líderes bem definidos, outros repugnavam a ideia de ter um “chefe” para guiá-los e defendiam que eles mesmos poderiam falar por si (MORAES, 2018a).

Dada a enorme gama de manifestantes presente nos protestos, precisamos destacar que trataremos aqui de manifestantes que defendiam valores em comum com o anarquismo, ainda que

alguns deles não se declarassem anarquistas. Trataremos por exemplo, do Movimento Passe Livre (MPL), que defendia uma organização horizontal e a prática da ação direta, como veremos no relato dos integrantes do MPL. Além destes, manifestantes que praticaram ajuda mútua e autogoverno nas ruas, além de defender a liberdade e a igualdade entre as pessoas. Por isso, abordemos agora alguns princípios anarquistas.

Sam Mbah e I. E. Igariwey, no livro *Anarquismo Africano: a história de um movimento* (2018) se questionam, ainda nas primeiras páginas *O que é o Anarquismo?*. Entre as definições trazidas pelos autores, anarquismo é apresentado como o bem viver da humanidade sem a existência de um governo imposto por outrem, sendo este a fonte “de quase todo o mal social”.

Como teoria da sociedade, da revolução e como método de luta o anarquismo está presente em todo o planeta, dessa forma, não é um movimento historicista e não se limita à uma visão eurocêntrica de mundo. Para além da teoria, é um movimento de luta e ação que envolve ideologia e *práxis* social.

Inicialmente o anarquismo defende a negação do autoritarismo, do Estado, das leis estatais, da ordem estabelecida em hierarquias de poder, pois entende que todas essas características servem unicamente para oprimir aqueles que não estão ocupando os cargos de comando e/ou domínio na sociedade. Dessa forma, a ideia inicial de negação composta no anarquismo passou a compreender também uma ideia afirmativa de construção e reforma social que caminha lado a lado com a negação. Como ideologia o anarquismo é, portanto, antiautoritário, antiestatal e anticapitalista.

Enquanto a negação exige a destruição da sociedade atual, permeada de autoritarismos, a afirmação reclama a luta cotidiana para a construção de uma nova coletividade, que cedo ou tarde, defendem os anarquistas, acontecerá. Como movimento, o anarquismo visa o alcance da plena liberdade e igualdade de todas as classes sociais, do autogoverno (ou autogestão), da auto-instituição social, da horizontalidade, da ajuda mútua, do federalismo e internacionalismo. Defende uma Revolução Social de base popular, sem líderes ou comandantes, por entender que só assim será possível alcançar esses objetivos.

Liberdade plena, para os anarquistas, significa o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas, sejam elas intelectuais, morais ou corporais, com total alcance de todos os meios materiais necessários para esse desenvolvimento (BAKUNIN, 2008). Sendo assim, liberdade de autogovernar-se, de se auto-instituir, liberdade política e econômica, mas também liberdade no campo da educação, do trabalho, da livre associação entre as pessoas.

Trata-se, portanto, de uma liberdade individual, mas também coletiva, ela só pode ser possível se associada à igualdade de condições para todos. Nenhum indivíduo conseguiria ser plenamente livre enquanto houver outros escravizados, conforme defendeu o anarquista Mikhail Bakunin. Dessa forma a liberdade individual não finaliza ou encontra seu limite na liberdade do outro, mas sim sua extensão, sua confirmação e sua ampliação, pois uma pessoa só pode ser completamente livre se todas as outras o forem igualmente. Igualdade de possibilidades em nível econômico, político, intelectual, moral e material. O que significa dizer que quando um indivíduo possui mais bens que outro, naturalmente ele subjuga este outro indivíduo, restabelecendo a velha dicotomia hierárquica entre governantes e governados.

Assim, para Bakunin

A liberdade de todos, longe de ser um limite da minha, como sustentam os individualistas, é, ao contrário, sua confirmação, sua realização e sua extensão infinita. Desejar a liberdade e a dignidade humana de todos os homens, ver e sentir minha liberdade confirmada, sancionada, infinitamente ampliada pelo assentimento de todos, eis a felicidade, o paraíso humano sobre a terra. Mas essa liberdade só é possível na igualdade. Se há um ser humano mais livre do que eu, torno-me forçosamente seu escravo; se o sou mais do que ele, ele será o meu. Assim, a igualdade é uma condição absolutamente necessária da liberdade. (BAKUNIN, 2008, p. 77)

Liberdade e igualdade caminhando juntas, essa é uma das principais condições para uma sociedade horizontal, sem hierarquias e autoridades. Mas nem a igualdade, nem a liberdade devem ser impostas às pessoas, pois se liberdade sem igualdade privilegia os ricos e escraviza os pobres, igualdade imposta (principalmente se for pelo Estado), por outro lado, suprimir a liberdade individual das pessoas.

Quanto ao autogoverno, outro princípio caro ao anarquismo, diz respeito, sobretudo, à crença na inteligência e na capacidade de todas as pessoas de se autogovernarem e auto-organizarem social e livremente, sem precisar que um Estado ou qualquer outra instituição governante lhes ditam as regras de como viver ou se apropriem de territórios alheios, culturas, línguas, artes, modificando-os baseado em interesses políticos e econômicos sem respeito aos grupos sociais que habitam esses lugares. Nesse sentido Anarquismo não significa ausência total de ordem ou de governo, mas sim um governo que seja pautado na ação de todos os seres humanos que compõem a sociedade, no respeito às suas culturas, línguas, artes, no respeito aos territórios e às pessoas que habitam esses territórios, no apoio e cooperação mútuos entre eles. O princípio do autogoverno reforça que os indivíduos nascem na sociedade e a constroem voluntariamente.

Ao defender a liquidação de todas as autoridades e hierarquias presentes na sociedade, os anarquistas buscam revolucionar inteiramente as relações sociais em todos os âmbitos da vida. Buscam destruir toda ordem imposta, toda escravidão e subjugação de qualquer ser humano e, a

partir daí construir uma nova sociedade, através da luta incessante contra qualquer princípio de coerção presente nas sociedades estadolátricas.

Não bastaria apenas a modificação do governo ou da classe que estivesse à frente do Estado, seria necessário, por outro lado, a completa destruição do próprio Estado, de seu poder autoritário e hierárquico e de todas as outras instituições igualmente autoritárias e hierárquicas presentes na sociedade atual. Como explica Wallace de Moraes:

Assim, os libertários não são contra as pessoas que exercem a autoridade apenas, mas, sobretudo, contra a instituição que garante a sua existência, contra o cargo que normalmente é exercido no Estado, no poder público, ocupado pelos chamados governantes e seus agentes, secretários, juizes, militares, policiais e outros. Fora do Estado existem outras autoridades, nas fábricas ou nas empresas, os patrões ou seus representantes, denominados chefes, que impõem suas regras e vontades sobre os trabalhadores. Nos campos, os fazendeiros impõem suas normas sobre vários agricultores. (MORAES, 2018b, s/p)

Quanto ao princípio da ação direta, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1890 no movimento sindicalista francês, ele surgiu como uma forma de se diferenciar da ação política parlamentar, efetuada por meio de representantes. Assim, a ação direta era uma forma de ação praticada diretamente por todos os envolvidos em determinada situação e tinha como objetivo conseguir algum sucesso imediato, mais do que mera propaganda. (WALTER, 2000).

Para os anarquistas, ação direta conserva o sentido original. Refere-se a ações realizadas na esfera pública diretamente pelas mãos dos indivíduos envolvidos, todos tem liberdade para participar, sem mediação do Estado ou de quaisquer representantes. Elas têm por objetivo construir ou provocar mudanças sociais. Como explica Walter, a idéia de agir sem intermediários, através da prática da ação direta, é bastante atual e continua estreitamente ligada a movimentos revolucionários, com princípios libertários.

Para David Graeber (2009) a ação direta também “reflete uma visão anarquista muito simples: que não se pode criar uma sociedade livre por meio de disciplina militar; uma sociedade democrática, por meio das ordens; ou uma feliz, por meio de sacrifícios sem alegria”. Este autor define ação direta como:

Uma forma de ação na qual meios e fins se tornam, efetivamente, indistinguíveis; uma maneira de se envolver ativamente com o mundo para promover mudanças, nas quais a forma da ação – ou, pelo menos, a organização da ação – é em si um modelo para a mudança que se deseja promover. (GRAEBER, 2009, p. 208)

Mais do que mera desobediência civil, a ação direta é também uma forma de pensar e agir para a criação de uma nova sociedade. Nesse sentido, também precisamos mencionar a ideia de Propaganda pelo Fato, que surgiu para se referir a motins, manifestações, levantamentos populares, com a principal intenção de promover uma propaganda do anarquismo, que não se detivesse apenas em palavras. A Propaganda pelo Fato tinha um significado simbólico, não visava um sucesso

imediatamente ou o alcance de algum resultado instantâneo, mas chamar a atenção para o que estava sendo praticado. Um exemplo de Propaganda pelo Fato em 2013 foram as vidraças de bancos quebradas pelos manifestantes.

Empregaremos também o conceito de Racismo Epistêmico (GROSFOGUEL, 2007), que será útil por denunciar aquilo que os discursos jornalísticos tentam esconder: seu “lôcus de enunciação”.

Segundo Grosfoguel o racismo epistêmico opera privilegiando políticas identitárias (identity politics) de homens brancos ocidentais. Assim, foram construídas políticas identitárias hegemônicas que normatizadas, não se reconhecem como políticas identitárias, mas sim como um conhecimento “neutro e objetivo” que omite o lugar de onde esse discurso é proferido, dando a idéia de que ele parte de um “não-lugar” e, portanto não sofre influências das experiências espaço-temporais de quem profere esses discursos. Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos (2014) também resgata que “não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são as menos neutras”.

Tudo isso contribui para um cenário em que uma epistemologia, transformada em hegemônica, seja descontextualizada, como se fosse um *saber-de-lugar-nenhum*, tido como universalmente válido, mais ainda, como a *única* válida, em todos os outros contextos sociais do mundo.

A descontextualização da epistemologia hegemônica esconde o “lôcus de enunciação” dessa produção de conhecimento, gerando a ideia de que o conhecimento produzido por esses corpos (homens brancos ocidentais) é um conhecimento que, por não ter influência do meio social onde ele foi produzido, é universalmente válido, podendo ser aplicado em qualquer lugar do mundo, independente de fatores culturais, geográficos, políticos, econômicos, etc. Além de ser o único capaz de definir o que é verdade. Essa desautorização e subalternização de conhecimentos considerados “outros”, visa construir um “mundo de pensamento único” (GROSFOGUEL, 2007), uma universalização do conhecimento.

No caso desta investigação, o que pretendemos comprovar, na verdade é que os jornais corporativos ou jornais da Grande Mídia estão posicionados dentro deste “saber hegemônico”, como se suas notícias, matérias, reportagens, manchetes e até mesmo o ângulo das fotografias não estivessem sendo influenciados pela subjetividade daqueles que trabalham no jornal ou de uma linha editorial com opiniões e visões de mundo específicas, marcadas por traços culturais, geográficos, políticos e econômicos específicos. Essa atitude provoca um segundo movimento, que é o de subalternização do saber (ou, neste caso, da narrativa) dos manifestantes, no caso da Revolta

dos Governados. Dessa forma, age-se como se a narrativa presente nos jornais fosse a verdadeira, por ser tratada como uma narrativa imparcial e isenta de subjetividades (seja a subjetividade do próprio jornalista que escreveu a notícia, seja a dos editores do jornal) e a narrativa dos manifestantes fosse apenas *uma* narrativa ou, uma versão dos fatos.

Dito isto, achamos importante entender melhor um pouco da história de como surgiram grandes jornais no Brasil. Essa história pode nos ajudar a compreender algo muito importante, quando se trata de jornais corporativos, o *lócus* de enunciação desses jornais, as características culturais, econômicas e políticas que influenciam a narrativa dos jornais. Que não há narrativa imparcial, já sabemos. Mas de qual parcialidade estamos falando quando se trata dos jornais corporativos?

Para responder a essa pergunta recorremos a Nelson Werneck Sodré (1999) que, em seu livro “História da imprensa no Brasil”, frisa que a imprensa nasceu e se desenvolveu caminhando junto com o sistema capitalista. No Brasil a concentração de veículos de comunicação e da diversidade de suportes que viabilizam a informação nas mãos de poucas empresas, são aspectos particulares desse desenvolvimento. O modelo empresarial dos conglomerados de comunicação de massa atendem aos governantes econômicos e ao sistema capitalista, faz isso unificando e verticalizando os discursos proferidos por esses veículos. Nesse sentido, Sodré afirma:

O caráter concentrador do avanço do capitalismo brasileiro, consideravelmente acentuado com a etapa neoliberal em curso impediu que se generalizasse a composição de agrupamento de jornal e televisão, em alguns casos. A concentração de poder, nos casos em que esse agrupamento ocorreu, foi extraordinariamente agravada e assinalou um traço novo no desenvolvimento da imprensa brasileira. [...] Esse quadro novo, sob muitos aspectos desolador, decorreu, sem dúvida, do fato de que um grande jornal, hoje, é uma empresa capitalista de grandes proporções (...) (SODRÉ, 1999, pág. X, XI).

Assim, os conglomerados de comunicação de massa surgiram num formato de empresa capitalista, que vende seu espaço para outras empresas (no caso das propagandas), mas que, sobretudo, defende o sistema capitalista e seu bom funcionamento.

Os cinco maiores conglomerados de comunicação no Brasil são Globo, SBT, Record, Band e Rede TV, que reúnem redes nacionais de rádio, tv e jornais impressos espalhados por todo território nacional. Assim, mesmo quem não tem acesso a jornais impressos, por exemplo, é alcançado por outro veículo de comunicação, como televisão e rádio. Isso acontece devido à grande quantidade de veículos associados às grandes empresas de comunicação existentes no país.

Outra questão a ser considerada diz respeito à classe política, que também encontra representatividade na grande mídia. Ainda que seja proibido por lei, prefeitos, deputados, governadores e senadores dispõem de um vínculo direto e muitas vezes oficial com esses

conglomerados, permitindo uma relação direta com o eleitorado. Uma considerável parcela de governantes políticos são sócios ou diretores de empresas de radiodifusão. As emissoras de TV fabricam e promovem a publicidade de governantes políticos, lançando novas candidaturas e os elegendo. Além disso, os governantes dessa classe podem beneficiar amigos e afetos políticos promovendo a concessão de outorgas em seus respectivos Estados.

Segundo o filósofo e ativista político Noam Chomsky (2019) a propaganda midiática é utilizada para “construir consenso” e, atualmente não vivemos em uma democracia em que o povo “dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres” (CHOMSKY, 2019, p. 9). Através do convencimento ideológico a grande mídia busca construir uma espécie de unanimidade, levando a população acatar e aceitar suas demandas. Para o autor, os programas de Tv operam para domesticar o “rebanho desorientado”, afim de “evitar qualquer desvio que vá além de uma forma vazia de democracia”:

O rebanho desorientado representa um problema. Temos de impedir que saia por aí urrando e pisoteando tudo. Temos de distraí-lo. Ele deve assistir aos jogos de futebol (...), às séries cômicas ou aos filmes violentos. (...) Você deve mantê-lo bem assustado, porque a menos que esteja suficientemente assustado e amedrontado com todo tipo de demônio interno, externo ou sabe-se lá de onde que virá destruí-lo, ele pode começar a pensar, o que é muito perigoso, porque ele não é preparado para pensar. Portanto, é importante distraí-lo e marginalizá-lo. (CHOMSKY, 2019, p. 28)

O que podemos entender a partir dessa análise é que a grande mídia defende o sistema capitalista, por estar bem situada nele e faz isso pacificando as pessoas, para que elas não se revoltam contra esse sistema.

Dessa forma, podemos compreender um pouco sobre seu *lôcus* de enunciação dos jornais corporativos, ou seja, o que influencia o discurso midiático desses jornais ou, de qual parcialidade estamos falando quando tratamos da grande mídia. A partir daí, podemos entender melhor sua postura diante da Revolta dos Governados de 2013 no Brasil. Como veremos no tópico a seguir, a narrativa dos jornais não pode ser considerada a única válida, tentaremos mostrar isso a partir da apresentação de outras narrativas, as dos manifestantes de viés libertário²².

22 Apesar de estarmos tratando de apenas duas narrativas sobre a revolta popular, não existiram apenas essas duas, muitas outras atravessaram e ainda atravessam a revolta dos governados, visto que foi um acontecimento de grandes proporções e em nível nacional. Chamo a atenção aqui para cinco escolas interpretativas sobre a revolta, identificadas por Wallace de Moraes (2018), são elas: a Plutocrática Neoliberal Dissimulada, Plutocrática Neoliberal Desavergonhada, Plutocrática Neoliberal Proto-Fascista, Esquerda Oficial Estatista e Revolucionária. Cada uma dessas escolas, compostas por diferentes atores sociais, interpretaram a revolta de uma maneira específica. No nosso caso trataremos de comparar narrativas da corrente Revolucionária (onde estão situados os manifestantes de viés libertário) com narrativas da Grande Mídia, que pode ser incluída em pelo menos duas dessas escolas (a Plutocrática Neoliberal Dissimulada e a Plutocrática Neoliberal Desavergonhada). Para entender mais sobre as escolas interpretativas da Revolta dos Governados e os atores sociais que as compõem, ver: MORAES, Wallace de. **Revolta dos Governados ou, para quem**

DUAS INTERPRETAÇÕES DIFERENTES:

A OCUPAÇÃO DAS RUAS PELOS MANIFESTANTES

Como dito anteriormente, o intuito inicial das manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em 2013 era conseguir a revogação do aumento no valor das passagens de ônibus, trem e metrô. O Movimento entendia a questão do transporte público como direito fundamental, uma vez que é ele que permite o acesso a todos os outros direitos²³. Portanto, aumentar o valor das passagens do transporte é entendido como forma de limitar o acesso do povo tanto à cidade, como aos serviços públicos básicos. A ocupação das ruas pelos manifestantes, nesse sentido, representava para o MPL, não apenas um método de luta, mas também um objetivo: a retomada do espaço urbano. Essa ação direta foi descrita da seguinte forma pelos próprios integrantes do Movimento:

A cidade é usada como uma arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais -, que se dá a verdadeira gestão popular. Foi precisamente isso que aconteceu em São Paulo quando, em junho de 2013, o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos. (LIVRE, 2013, p. 16)

Por outro lado, na narrativa dos jornais, a ocupação das ruas era noticiada com foco no congestionamento do trânsito e caos no espaço urbano por onde os manifestantes passavam, como pode ser constatado nas manchetes publicadas ainda no primeiro momento, quando do início das manifestações, pelo jornal O Globo, “Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP” (O Globo, 08/06/2013, p. 8) e Estado de São Paulo, “Protesto contra alta de tarifa para o centro de SP” (Estado de SP, 07/06/2013, p. 1) e “Protesto contra aumento do ônibus fecha Paulista e leva caos ao centro” (Estado de SP, 07/06/2013, p. A12).

A reivindicação pela revogação do aumento da tarifa do transporte público, ainda que citada, não foi, inicialmente, tema central na narrativa da imprensa, chegando a ser descredibilizada. O jornal O Globo, em uma de suas notícias, chegou a tratar como “utópica” a causa principal do Movimento Passe Livre:

A demanda principal do movimento, que surgiu em 2004, em Santa Catarina, a partir de uma bem sucedida campanha para reduzir a passagem do ônibus, é considerada *utópica* até mesmo para alguns de seus integrantes: transporte público gratuito para todos, partindo do

esteve presente, **Revolta do Vinagre**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2018.p. 100 – 165.

23 O Movimento Passe Livre tem como causa central o transporte público gratuito e de qualidade para todas as pessoas, no entanto, imediatamente após o reajuste das passagens no transporte público a revogação desse aumento se tornou uma causa urgente, obviamente sem perder de vista a pauta inicial.

pressuposto de que o direito ao transporte deveria estar equiparado a outros serviços básicos, como Educação e Saúde (O Globo, 08/06/2013, p. 8, grifo nosso).

Na narrativa do jornal Folha de São Paulo a ocupação das ruas pelos manifestantes foi transmitida, em uma de suas notícias, da seguinte forma: “Manifestantes causam medo, param Marginal e picham ônibus”. O jornal também prioriza o trânsito congestionado: “No segundo dia de protesto contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo, ativistas fecharam vias importantes, e a cidade teve 226km de lentidão, terceiro maior índice do ano” (Folha de S. Paulo, 8/06/2013, p. A1).

Uma integrante do Movimento Passe Livre, por outro lado, explica que a ocupação das ruas foi planejada pelo Movimento e encarada como um método de luta e conscientização da população:

Diferentemente de outras lutas que a gente fez em outros anos, como em 2011, por exemplo, que o Movimento Passe Livre chamava um ato por semana, dois atos por semana e deixava o resto da semana pra fazer articulações, pra chamar a população pra divulgar um grande ato na semana, a gente entendeu que essa luta, ela tinha que ser de tiro curto, então que a gente tinha que chamar manifestações todos os dias. E muito importante que a gente planejou também é que a luta fosse descentralizada, que diferentemente de outras vezes que a gente fez lutas na cidade de São Paulo, a gente fazia lutas apenas num lugar da cidade, dessa vez o Movimento Passe Livre, devido a um trabalho que a gente tem na cidade há muito tempo, fez manifestações em diversas regiões da cidade. Então é importante que todas as regiões da cidade se mobilizem na luta contra o aumento e isso também acabou desencadeando uma série de manifestações na cidade e uma série de manifestações no país todo (*apud* Pronzato, 2014, min. 3:23- 4:12).

Passando ao segundo momento das manifestações, quando relatos de truculência policial circularam pela internet e a população começou a aderir às manifestações, os jornais modificaram seu discurso e o ato de ocupar as ruas passou a ser narrado como sinônimo de atitude por parte do povo. No jornal Estado de São Paulo opiniões positivas sobre os protestos, retiradas de redes sociais, foram publicadas: “Ficamos muito tempo em silêncio. As manifestações eram a faísca que estávamos precisando para extravasar tantas insatisfações.”; “Nunca me senti tão importante por andar de ônibus. Obrigada a todos que estão apoiando o Movimento Passe Livre.”; “E aí, Haddad, vamos revogar o aumento da passagem e começar o debate?”. A manchete desta página não citou o congestionamento do trânsito como acontecia no primeiro momento: “Protestos reúnem 230 mil em 12 capitais e governantes viram alvo” (Estado de S. Paulo, 18/06/2013, p. A11).

A mudança de viés também é notória no jornal O Globo. A substituição de títulos nas páginas que traziam notícias sobre as manifestações é um exemplo da transformação na narrativa do jornal. Títulos como “Tensão Urbana” (O Globo, 13/06/2013, p. 3) ou “Patrimônio Atacado” (O Globo, 12/06/2013, p. 10) foram substituídos por “Um país que se mexe” (O Globo, 18/06/2013, p. 4) ou “O Brasil nas Ruas” (O Globo, 19/06/2013, p. 12). A mudança também fica evidente quando o jornal começa a dar mais foco nas características do movimento e nas reivindicações dos manifestantes:

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais – Redução do preço das tarifas de ônibus é mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maior parte das cidades. Para Dilma manifestações são legítimas (O GLOBO, 18/06/2013, p. 1)

O midialivrista Barna Bé, presente nas manifestações em Belo Horizonte relata sua interpretação sobre a mudança de narrativa da mídia:

Na quinta feira de São Paulo, que a polícia super reprimiu, tanto a manifestação, que tava pacífica, e reprimiu a mídia principalmente, eles atacaram os fotógrafos, atacaram os cinegrafistas, as grandes empresas de rede de televisão, os midialivristas, a rádio, todo mundo foi atacado, né?! Aí a mídia começou a apoiar também a manifestação naquele momento (*apud* Pronzato, 2014, min. 51:16 - 51:41).

Uma característica importante no segundo momento foi a distinção das manifestações, entre “pacíficas” e “violentas”, que passou a ser freqüente nas páginas dos jornais. A grande adesão popular aos protestos provocou uma multiplicação de causas e reivindicações entre os manifestantes. Na distinção entre pacíficos e violentos, os manifestantes considerados “pacíficos”, puderam ter suas reivindicações tratadas como legítimas nas páginas dos jornais²⁴, enquanto aqueles considerados “violentos” permaneceram sendo taxados de “vândalos”, a eles era justificável a repressão policial.

No jornal O Globo notícias como “Violência no fim de um protesto pacífico” (O Globo, 18/06/2013, p. 5) e “Em SP, radicais e pacifistas medem forças em tentativa de invasão à prefeitura” (O Globo, 19/06/2013, p. 1) começaram a ser constantemente publicadas. Uma notícia do jornal Folha de São Paulo mostra como o protesto considerado “pacífico” na narrativa utilizada pela imprensa era admissível, enquanto que protestos “não-pacíficos” eram considerados motivo de truculência policial: “Tropa de Choque não será acionada caso protesto às 17h seja pacífico, diz secretário da segurança Fernando Grella” (Folha de S. Paulo, 17/06/2013, p. A1).

Nesse momento uma crescente conscientização popular da violência do Estado pôde ser percebida quando o slogan “sem violência” propagandeado pela imprensa e adotado por alguns manifestantes obteve a resposta “sem moralismo”, entoada pela multidão. Os manifestantes entenderam que ocupar as ruas, interferindo nos fluxos da cidade, reorganizando seus espaços, era uma forma eficaz de decidir sobre seu destino com seu próprio corpo, por meio de ação direta. Essa consciência fica evidente na fala de um dos manifestantes:

A galera entendeu que era o momento de botar essa rebeldia toda pra fora, essa revolta toda pra fora, externar isso. Eu tenho o direito de reclamar de algo que não tá me satisfazendo. Eles vêm na ação direta saída pra aquilo que eles não estavam dando jeito antes, por que a

24 Precisamos advertir que os jornais da grande mídia implantaram algumas causas que passaram a ser reivindicadas nas manifestações, como por exemplo a Proposta de Ementa Constitucional 37 (PEC 37), que estabelecia que investigações criminais fossem exclusividade das polícias federal e civis, tirando o poder do Ministério Público. Trata-se de uma tentativa de deslegitimar as pautas primeiras das manifestações, surgidas a partir da luta popular, para introduzir novas pautas.

gente é levado a acreditar, que alguém tem que representar a gente e não a gente mesmo, [Agora] tá levando as nossas pautas, pra onde tem que ser levadas (*apud* VENTURINI, 2020, p. 188).

No início do mês de julho de 2013 o jornal O Globo noticiou, já no dia 1º, uma manifestação chamada de pacífica pelo jornal, na qual é possível se ler:

Em paz. Centenas de moradores da Rocinha e do Vidigal marcham pacificamente pela avenida Niemeyer, na terça-feira. Eles foram até o Leblon e pararam na rua onde mora o governador Sérgio Cabral. Pediram saneamento, educação e deram um show de cidadania. (O GLOBO, 01/07/2013, p. 2, grifo do autor)

O texto citado acima mostra o incentivo do jornal às manifestações pacíficas, referindo-se a elas como demonstração de cidadania. Para os jornais corporativos, que defendem o sistema capitalista, essa parece ser a única possibilidade de manifestação aceitável.

Na página 6 do mesmo jornal uma notícia com o título “Manhã de paz e noite de confusão na Tijuca” também mostra a distinção que a imprensa fazia dos manifestantes, dividindo-os entre manifestantes pacíficos e violentos. Os manifestantes violentos continuaram sendo tratados como vândalos: “Manifestação que começou pacífica teve ação de grupo isolado de vândalos contra PMs” (O Globo, 01/07/2013, p. 6, grifo nosso).

No final de junho e início de julho os jornais começaram a mencionar os Black Blocs. No dia 3 de julho o jornal O Globo uma notícia com o título “PM: vândalos usariam bombas mais potentes no Maracanã” identifica como Black blocs o grupo que estaria produzindo coquetéis molotov modificados nos protestos “contra policiais e prédios públicos”:

Um grupo, que se intitula ‘Black Blocs’, inspirado em um movimento anarquista europeu, está sendo investigado pela polícia por participação em quebra-quebras durante as manifestações e também por usar coquetéis molotov mais potentes. Eles estariam produzindo os artefatos – usados contra policiais e prédios públicos – com substâncias que facilitam a aderência ao corpo e a superfícies, de forma a aumentar o potencial de queimaduras ou incêndios com a detonação. De acordo com investigações do setor de inteligência das polícias, um dos artefato [sic] modificados chegou a ser atirado em um policial nas ações violentas do último domingo no entorno do Maracanã, durante a final da Copa das Confederações.

A polícia já recolheu para a análise as imagens de câmeras de prédios particulares e comerciais que ficam nas proximidades do estádio para tentar identificar os vândalos. (...) (O GLOBO, 03/07/2013, p. 10)

Assim, o jornal taxou de vândalos os manifestantes que se intitulavam à época, Black Blocs, dando a eles a responsabilidade de coquetéis molotov jogados contra a polícia. Dois pontos devem ser colocados: o primeiro, já haviam casos de policiais infiltrados nas manifestações, casos estes inclusive noticiados no próprio jornal O Globo. Tais policiais infiltravam-se entre os manifestantes e jogavam pedras e outros objetos contra a polícia tentando fazer parecer que eram os manifestantes que haviam feito isso. Além disso, foi noticiado no jornal O Globo, inclusive, policiais que quebraram vidros de carros da PM tentando incriminar os manifestantes. Outro ponto deve ser ressaltado, os Black Blocs, em sua ideologia não atacam pessoas, também não atacam pequenas

empresas independentes ou negócios locais, nem bibliotecas públicas ou centros comunitários, por exemplo, mas sim grandes corporações e multinacionais ou símbolos do Estado e do Capitalismo, e até mesmo outros símbolos de poder. Mas fora da mídia alternativa a mensagem da violência política continua sendo passada de forma equivocada, muitas vezes propositalmente.

A AÇÃO POLICIAL

A imprensa tratou a ação policial desde o princípio das manifestações como reação ao “vandalismo” praticado pelos manifestantes e à ocupação de vias públicas pelos mesmos. Os confrontos entre os policiais e os manifestantes eram relatados nas manchetes das notícias como iniciado pelos manifestantes, como pode ficar evidente na seguinte manchete publicada no jornal O Globo: “Manifestantes entram em confronto com PMs no Centro”, o texto da notícia, porém, revela que o confronto em si não foi iniciado pelos manifestantes, mas pela polícia: “manifestantes cercaram dois ônibus e o Batalhão de Choque usou dezenas de bombas de efeito moral e spray de pimenta para dispersar o protesto. Revoltados, alguns manifestantes queimaram cones em frente ao prédio do Tribunal de Justiça” (O Globo, 11/06/2013, p. 10)²⁵.

No mesmo jornal, outra notícia utiliza a mesma narrativa também diante da ação policial:

A tropa de choque da Polícia Militar acompanhou os protestos sem intervir durante a maior parte da passeata, permitindo, inclusive, que o trânsito fosse interrompido em vários trechos. Mas acabou reagindo no fim da manifestação. Em ações isoladas os policiais enfrentaram os manifestantes com balas de borrachas e bombas de gás lacrimogêneo (O GLOBO, 14/06/2013, p. 6).²⁶

Igualmente o jornal Estado de São Paulo relatou que “Manifestantes contra tarifa de ônibus entraram em confronto com a PM pelo 2º dia; estação do metrô foi depredada” (Estado de S. Paulo, 08/06/2013, p. A1). O texto desta manchete revela, como no jornal O Globo, que a iniciativa do confronto partiu da polícia, enquanto os manifestantes protestavam:

Cerca de cinco mil pessoas bloquearam a Marginal do Pinheiros, sentido Castelo Branco, por 30 minutos. Às 19 horas, o congestionamento chegou a 226 Km, terceiro pior do ano. A Tropa de Choque usou bombas de efeito moral e balas de borracha para conter a multidão, que respondeu atirando pedras (ESTADO DE S. PAULO, 08/06/2013, p. A1).²⁷

No jornal Folha de São Paulo, notícias com as mesmas informações dos dois anteriores foram publicadas: “Em protesto contra a elevação da tarifa de ônibus, metrô e trens em São Paulo,

25 [GALDO, Rafael. Manifestantes entram em confronto com PMs no Centro. O Globo, Rio de Janeiro, 11 de jun. de 2013, p. 10. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130611.](https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130611)

26 [ARAÚJO, Vera, GOULART, Gustavo. No Rio, protesto termina com a pichação do Palácio Tiradentes. O Globo, Rio de Janeiro, 14 de jun. de 2013, p. 6. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130614>.](https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130614)

27 PROTESTO fecha a Marginal e lentidão chega a 226km. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013, capa. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-1-pri-a1-not>>.

manifestantes entraram em confronto com a Polícia Militar, interditaram vias e provocaram cenas de vandalismo ontem a noite na região central” (Folha de S. Paulo, 07/06/2013, p. C1)²⁸ e “No mais violento protesto contra o aumento da tarifa do transporte público, manifestantes voltaram a entrar em conflito com a polícia na região central de São Paulo.” (Folha de S. Paulo, 12/06/2013, p. A1)²⁹.

Uma notícia publicada no jornal Estado de São Paulo trouxe a perspectiva de policiais feridos durante as manifestações. À manchete “Seis PMs ficaram feridos no protesto de terça”, seguiu-se o texto: “Foi a missão mais difícil para muitos policiais militares. A manifestação do Movimento Passe Livre (MPL) de anteontem se espalhou pelo centro e acabou encurralando alguns PMs. Eles contam ter sido alvo de paus, pedras, garrafas, skates e até fogos de artifício.” (Estado de São Paulo, 13/06/2013, p. A24).³⁰ A notícia comprova a tendência do jornal em narrar os policiais como vítimas.

Por outro lado, um manifestante relata os ferimentos que sofreu com a ação policial. Uma narrativa que não teve espaço na grande mídia:

Fui vítima de violência policial, devido ao gás lacrimogêneo, fiquei doente por três semanas. Eu tive que fazer tratamento, não sei se terei efeitos posteriores quando tiver cinquenta ou sessenta anos por causa da quantidade de organoclorado que a polícia nos fez respirar. Eu disse: ‘Não pode ser assim, como é possível, não estamos fazendo nada errado, as pessoas estão apenas demonstrando porque não querem a Copa do Mundo’. Esse nível de mobilização da segurança pública, incluindo a Força Nacional nos batendo com bastões, para mim foi muito desproporcional. Muitas pessoas de short e chinelo massacrados, pensei: ‘desse jeito não dá’. Se eles estão fazendo isso é porque estão muito perturbados (apud VENTURINI, 2020, p. 184).

Outro manifestante conta os resultados da truculência policial para alguns manifestantes e como essa truculência fez parte de um processo de criminalização do movimento:

A gente foi reprimido, né?! Tem sido reprimido duramente [...] tem gente que perdeu a visão, tem gente que ta com traumatismo craniano, tem gente que ta com a perna deformada, tem gente que ta presa, tem gente que ta respondendo processo por conta de um processo de criminalização do movimento que ocorreu, que é um movimento que tinha uma pauta, que era uma pauta extremamente justa e que foi tratada como uma pauta de criminosos (apud PRONZATO, 2014, min. 50:20 – 50:47).

Após a violenta repressão policial aos protestos tornar-se pública por meio de vídeos, relatos e fotografias divulgadas nas redes sociais, os jornais passaram então a reconhecê-la. Uma integrante do Movimento Passe Livre relatou em uma entrevista:

28 [PROTESTO contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 de jun. de 2013, p. C1. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19518&anchor=5876323&origem=busca&originURL=&pd=5aad810435679ac7db4f1ef042d2c05a> .](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19518&anchor=5876323&origem=busca&originURL=&pd=5aad810435679ac7db4f1ef042d2c05a)

29 [CONTRA tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de jun. de 2013, capa. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19523&anchor=5877141&origem=busca&originURL=>.](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19523&anchor=5877141&origem=busca&originURL=>)

30 RODRIGUES, Artur. ‘Mantive controle para não atirar’. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 de jun. de 2013, p. A24. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130613-43703-nac-1-pri-a-1-not>>.

As pessoas não precisavam mais ligar a TV, elas ouviam as bombas, as pessoas estavam voltando do serviço e elas ouviam as bombas, não tinha como falar que a gente que era violento, a violência era da polícia, violento era o Estado e imprensa nenhuma conseguia mais segurar essa verdade (*apud* PRONZATO, 2014, min. 51:42 – 51:54).

Em outro relato um manifestante contou como a ação policial durante as manifestações provocou uma indignação popular em âmbito nacional:

A grande questão foi que a repressão desencadeada pelo governo do Estado de São Paulo, que agiu com brutalidade, não só reprimindo os manifestantes mas também transeuntes que apenas passavam pela avenida paulista e o uso violento de armas de repressão de massa como as bombas, as balas de borracha de forma indiscriminada provocaram uma indignação nacional (*apud* PRONZATO, 2014, min. 52:05 – 52:32).

Mesmo após o aparecimento de jornalistas da Folha de São Paulo feridos pela ação policial enquanto trabalhavam cobrindo a manifestação, o jornal narrou a repressão da polícia como reação: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”. Na mesma página o jornal noticia: “Jornalistas da Folha levam tiros da PM; sete são atingidos” (Folha de S. Paulo, 14/06/2013, p. A1).

Já o jornal Estado de São Paulo, nesse segundo momento, admitiu a repressão policial para com os manifestantes como ação deliberada da polícia:

O embate começou quando a Tropa de Choque jogou uma bomba de efeito moral na aglomeração de manifestantes que saíam da Praça Roosevelt para a Rua da Consolação. Até então, o clima da marcha de quase 10 mil pessoas era pacífico, desde a saída do Teatro Municipal, por volta das 18h20. Os manifestantes gritavam cantos contra a violência (ESTADO DE S. PAULO, 14/06/2013, p. A14).³¹

O mesmo jornal começou, nesse período, a expor em suas páginas opiniões de internautas criticando a ação policial durante os protestos: “Minha opinião mudou após a violência da PM. A polícia mostrou-se incapaz de lidar com manifestações políticas, duras, mas legítimas, numa democracia”; “Dá pra ser pior que isso ou vamos esperar mortes?”. Uma coluna de opinião publicada na mesma página revela que, mesmo reconhecendo a violência policial, a narrativa permanece depreciando a imagem dos manifestantes: “‘baderneiro’ vira ‘mocinho’ com reação desproporcional” (Estado de S. Paulo, 15/06/2013, p. A16)³².

A mesma mudança pode ser observada no jornal O Globo em relação a ação policial: “Nas redes os flagrantes da violência policial em São Paulo” (O Globo, 15/06/2013, p. 5), no texto de chamada desta notícia a narrativa acrescenta: “Vídeos revelam uso da força e suspeita de dano forjado a carro da PM”. Numa outra notícia o jornal anuncia: “Conselho quer frear uso de armas não letais no Brasil - País não disciplina a utilização desse tipo de armamento, capaz de causar

31 [MANSO, Bruno Paes, RIBEIRO, Bruno, ZANCHETTA, Diego. Paulistano fica refém de bombas e tiros de borracha em novo confronto. Estado de São Paulo, São Paulo, 14 de jun. de 2013, p. A14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130614-43704-nac-13-cid-a15-not> .](https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130614-43704-nac-13-cid-a15-not)

32

As opiniões foram publicadas no jornal Estado de São Paulo, do dia 15 de junho, já no segundo momento das manifestações. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130615-43705-nac-1-pri-a1-not>.

ferimentos graves” (O Globo, 16/06/2013, p. 7). A notícia se refere à proibição de armas não letais utilizadas por polícias durante as manifestações, devido ao uso errôneo destas armas pelos mesmos.

Como já foi dito, a partir do segundo momento, a distinção entre manifestantes “pacíficos” e “violentos”, foi inserida na narrativa da imprensa como a distinção entre quem merecia apanhar da polícia e quem não merecia, como pode ser observado numa notícia publicada no jornal Folha de São Paulo: “Ato em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir”:

Sem conseguir entrar [na prefeitura de São Paulo], os manifestantes incendiaram uma van da TV Record e passaram a depredar bancos e saquear dezenas de lojas de roupas, jóias e eletrodomésticos. O Theatro Municipal, onde acontecia um espetáculo, foi cercado e pichado.

A PM demorou cerca de três horas para agir. Segundo a Secretaria da Segurança, isso aconteceu para evitar que pessoas sem relação com os atos de vandalismo fossem feridas (Folha de S. Paulo, 19/06/2013, p. C1).³³

No relato dos manifestantes a ação policial foi narrada como desmedida e violenta desde o princípio. Um manifestante que presenciou a desocupação da Aldeia Maracanã em junho de 2013 relatou numa entrevista como o desenvolvimento de uma combatividade e autodefesa foi necessário diante da ação policial:

Eu acho que a questão da combatividade por si só veio da autodefesa. Por exemplo, quando falamos sobre 2013, junho, desta efetiva combatividade, tudo isso começou [na Aldeia Maracanã], porque nesse local as pessoas foram despejadas sem avisos nem piedade. Eu estava lá, nesse dia também fui preso. Testemunhei a polícia usando taser em uma mulher grávida, em uma jovem indígena que estava lá, chutando a cabeça de crianças. Neste dia, vimos que é necessário ter uma tática de autodefesa combativa, podendo também gerar um ataque (*apud* VENTURINI, 2014, p. 183).³⁴

Referindo-se à manifestação na qual a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi ocupada pelos manifestantes, um ativista narra sua experiência com relação à ação policial:

Nesse dia eu fui preso na ALERJ, eu fui espancado, tomei spray de pimenta e fiquei quatro horas numa solitária sem ver ninguém, queimando. Só depois de quatro horas eu fui ter contato com outra pessoa que foi detida também, depois o advogado. Aí a gente começou a ter consciência que a gente não pode estar na rua só para exigir nossos direitos pacificamente porque o Estado está reprimindo até esse tipo de coisa. O Estado passou a reprimir como você se expressa, a sua expressão. Aí essa combatividade surgiu automaticamente, os grupos resolveram falar ‘a gente tá cansado de apanhar também, vamos responder isso de uma outra forma, vamos nos organizar de uma outra forma’ (*apud* VENTURINI, 2014, p. 184).³⁵

33 [ATAQUE à prefeitura e saques a lojas marcam novo protesto em SP. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de jun. de 2013, p. C1. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19530&anchor=5878121&origem=busca&originURL=&pd=9ffff13014ddd84313cd146a7d1bd53e>.](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19530&anchor=5878121&origem=busca&originURL=&pd=9ffff13014ddd84313cd146a7d1bd53e)

34 Entrevista concedida ao pesquisador Federico Venturini, publicada no Artigo “Retomar 2013: Ação Direta e Trabalho de Base como práticas de resistência” do mesmo autor. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39129>.

35 Entrevista concedida ao pesquisador Federico Venturini, publicada no Artigo “Retomar 2013: Ação Direta e Trabalho de Base como práticas de resistência” do mesmo autor. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39129>.

DEPREDAÇÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E/OU PRIVADO

No primeiro momento a imprensa narrou a depredação de patrimônio público ou privado como vandalismo, justificando a repressão policial e as prisões que se seguiram. A partir do segundo momento os protestos começaram a ser classificados entre “pacíficos” e “violentos”, como já foi dito anteriormente, aqueles manifestantes que depredavam patrimônio público ou privado continuaram sendo taxados de vândalos nas páginas dos jornais. A eles era justificável a repressão policial na narrativa da imprensa.

O jornal Folha, ainda no primeiro momento das manifestações, noticiou em uma de suas capas: “(...) manifestantes interditaram vias como a Avenida Paulista e protagonizaram cenas de vandalismo, como a depredação de estações [de metrô] (...)” (Folha de S. Paulo, 07/06/2013, p. A1).

Seguindo a mesma narrativa o jornal Estado de São Paulo lançou o editorial “Puro vandalismo”, onde fica clara a posição do jornal no que diz respeito à ação dos manifestantes:

Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta feira paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas.

Esse é mais um dia que vai entrar para a já longa lista daquele em que a maior cidade do país ficou refém de bandos de irresponsáveis, travestidos de manifestantes. Apesar de há muito o atrevimento desses grupos não ser uma novidade para os paulistanos, dessa vez a população teve motivos para se assustar mais do que por ocasião de outros protestos, por causa da sua fúria destrutiva.

(...) Encapuzados, os integrantes dos grupos mais violentos puseram fogo em sacos de lixo no meio dessas vias, para interromper o trânsito e aterrorizar os passantes.

Em sua caminhada atacaram viaturas da São Paulo Transportes (SP-Trans) (...), destruíram lixeiras, arrancaram fiação de iluminação pública e, na Paulista, depredaram guaritas da Polícia Militar (PM) e as estações Brigadeiro e Trianon-Masp do metrô (...) (Estado de S. Paulo, 08/06/2013, p. A3).

Mais a frente no texto, anulando a causa mais urgente das manifestações em questão, a revogação do aumento da tarifa em 0,20, o editorial descredibilizou a causa principal do Movimento Passe Livre, a tarifa zero, além de encorajar o recrudescimento da repressão policial:

Para tentar entender esse protesto, é preciso levar em conta as muitas coisas que estão por trás dele. Uma delas é o fato de o Movimento Passe Livre ser pura e simplesmente contra qualquer tarifa, ou, se se preferir, a favor de uma tarifa zero. Ele não se opõe ao aumento da tarifa de R\$ 3 para R\$ 3,20, mas a ela própria.

Ou seja, não há acordo possível e, como seus militantes são radicais, qualquer manifestação que promovam só pode acabar em violência (Estado de S. Paulo, 08/06/2013, p. A3).

E, incentivando a polícia a ser mais rigorosa na repressão:

As autoridades da área de segurança pública, já sabendo disso, deveriam ter determinado à polícia que agisse, desde o início do protesto, com mais rigor.”

“Deve-se levar em conta ainda que a capital paulista está pagando o preço da falta de firmeza das autoridades – ao longo das últimas décadas – diante de manifestações selvagens como a de quinta feira.

(...)

Para não ficar mal com os chamados movimento sociais, por razões políticas, as autoridades tem tolerado os seus desmandos. Agora mesmo, o prefeito Fernando Haddad,

em vez de condenar o vandalismo promovido pelo Movimento Passe Livre, se apressou a informar que está aberto ao diálogo. Vai discutir com esse bando de vândalos a tarifa zero? (Estado de S. Paulo, 08/06/2013, p. A3).³⁶

Com a mesma narrativa o Jornal O Globo publicou uma notícia de capa, ainda no primeiro momento, com o título: “A marcha da insensatez”, referindo-se aos manifestantes que “deixaram um rastro de vandalismo” e “provocaram danos ao patrimônio histórico” (O Globo, 12/06/2013, p. 1). Outra publicação no mesmo jornal leva o título “Vandalismo sem causa” e reafirma:

A manifestação que reuniu ativistas de movimentos sociais e militantes políticos, na noite de segunda-feira, deixou um rastro de vandalismo no centro do Rio. Lixeiras e até monumentos históricos tombados foram danificados durante o protesto durante o protesto contra o aumento das passagens de ônibus da cidade. (...) A ação dos vândalos também não poupou a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Com tinta, pichadores escreveram palavras de ordem contra o prefeito Eduardo Paes e ainda desenharam o símbolo da anarquia em pedras centenárias da fachada do templo.”

[...]

As marcas das depredações feitas por manifestantes também estavam visíveis ontem ao longo da Rua Primeiro de Março e da Avenida Presidente Vargas. A fachada do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) também teve uma vidraça quebrada a pedradas e a parede pichada por vândalos. Paredes de prédios comerciais, bancas de jornais e pontos de ônibus também foram danificados. O jornalista Carlos Moreira, que trabalha numa banca da Primeiro de Março, disse que nunca viu um protesto tão violento, com tantos vândalos e confusões (O Globo, 12/06/2013, p. 10).³⁷

A depredação do patrimônio público e privado também era utilizada como justificativa para a violência policial, como indica a manchete do jornal Folha de São Paulo: “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo”, no texto fica explícito: “A polícia Militar diz que será mais dura na repressão a atos de vandalismo e que não relevará nem casos isolados. A Tropa de Choque seguirá a manifestação.” (Folha de S Paulo, 13/06/2013, p. 1).³⁸

Uma opinião editorial publicada no jornal O Globo faz coro às anteriores:

REGIME DAS liberdades, a democracia tem anticorpos legais para se proteger de efeitos indesejáveis das próprias liberdades.

TODA VEZ que alguém, algum corpo rompe regras instituídas de convivência, o Estado precisa usar o monopólio da força.

OS VÂNDALOS e anarquistas que tem atuado na série de manifestações no Rio e em São Paulo, com depredações e danos ao patrimônio cultural e histórico da cidade, precisam conhecer esses limites usuais da democracia (O GLOBO, 13/06/2013, p. 3).³⁹

No segundo momento, quando as manifestações começaram a ser classificadas entre “pacíficas” e “violentas”, aqueles manifestantes que depredavam patrimônio público ou privado

36 PURO Vandalismo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013, p. A3. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-3-edi-a3-not>>.

37 COSTA, Ana Cláudia, GOULART, Gustavo. Vandalismo sem causa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2013, p. 10. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>>.

38 GOVERNO de SP diz que será mais duro contra vandalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de jun. de 2013, capa. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19524&anchor=5877205&origem=busca&originURL=>>>.

39 AMORIM, Silvia, CASTRO, Juliana, HERDY, Thiago. Risco de novos confrontos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de jun. de 2013, p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130613>>.

continuaram sendo taxados de vândalos nas páginas dos jornais: “A maioria das manifestações [que ocorreram em todo o Brasil no dia anterior] foi pacífica, mas houve vandalismo contra sedes do poder.” (Folha de S. Paulo, 18/06/2013, p. 1); “Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo” (O Globo, 19/06/2013, p. 9).

Já nesse momento o jornal O Globo publicou uma notícia com o título “Violência no fim de um protesto pacífico”, na qual o jornalista referiu-se aos manifestantes que depredaram carros da polícia militar como vândalos de forma taxativa:

A manifestação se transformou em confronto quando participantes tentaram invadir o prédio da Assembléia Legislativa (Alerj), na rua Primeiro de Março. Um veículo de passeio, estacionado na Rua São José, foi incendiado por vândalos, e outros três carros – um da PM – foram depredados. (...) O vandalismo se estendeu pelas ruas próximas, onde lojas e agências bancárias tiveram vidros destruídos. (...) Quando os vândalos perceberam que havia cerca de dez PMs nos fundos da Alerj, na Rua Dom Manoel, com motos e patrulhas, foram para o local. (...) (O GLOBO, 18/06/2013, p. 5).⁴⁰

Em outra notícia no mesmo jornal, com o título “escalada de violência”, os manifestantes que estavam depredando patrimônio público ou privado foram chamados de “vândalos”, enquanto que os que não depredavam foram denominados apenas como “manifestantes”:

Numa das mais graves demonstrações de vandalismo do dia, grupos munidos de pedras, cones e garrafas quebraram vidros do Itamaraty em Brasília (...). A PM também tentou, em Vitória, dispersar os radicais que se aglomeraram em frente ao Tribunal de Justiça. Não impediu que, por volta das 20h um pequeno grupo soltasse rojões contra o prédio, em Vitória. Vidraças foram destruídas e um pequeno incêndio foi iniciado. Houve confronto entre manifestantes e vândalos (O GLOBO, 18/06/2013, p. 3).⁴¹

Após a revogação do aumento das tarifas de transportes públicos os atos continuaram a acontecer. Os jornais permaneceram taxando a depredação do patrimônio público de vandalismo, como acontece no texto desta notícia publicada na capa do jornal Folha de São Paulo:

Mesmo depois da redução das tarifas de transporte público pelo país, mais de 1 milhão de pessoas voltaram a ocupar as ruas em cerca de cem cidades. No 14º dia de manifestações, cenas de violência e vandalismo foram registradas em 13 das 25 capitais que tiveram protestos. Houve novos confrontos entre manifestantes e a polícia, ataques a prédios públicos e depredações (Folha de S. Paulo, 21/06/2013, p. A1).⁴²

Por outro lado, os manifestantes e ativistas presentes nas manifestações narram de outra forma sua concepção de vandalismo e como eles interpretaram a depredação do patrimônio público e/ou privado:

Acho que vândalos são povos germânicos, né?! Que invadiram Roma há muito tempo atrás, digamos assim, no final da Idade Antiga, então as pessoas que estavam nas ruas não são

40 VIOLÊNCIA no fim de um protesto pacífico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013, p. 5. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>>.

41 ESCALADA de violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013, p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130621>>.

42 PROTESTOS violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de jun. de 2013, capa. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19532&anchor=5878279&origem=busca&originURL=>>> .

vândalos, pelo contrário, eram manifestantes normais, pessoas que tavam na perspectiva de manifestar as suas reivindicações diante do Estado. E diante da repressão que ocorreu, da violência da própria repressão policial foi que acabou insurgindo a revolta popular (*apud* PRONZATO, 2014, min. 54:54 – 55:31).

Uma integrante do Movimento Passe Livre interpretou a depredação do patrimônio público e privado como reação à uma violência rotineira praticada pelo Estado:

Aí a imprensa começou a fazer aquele recorte dos vândalos e dos pacíficos, o movimento não compra isso daí não, a gente acha que vândalo é o Estado. Se tem um vândalo, esse vândalo é o Estado. Então se o cara saqueia um saco de arroz ali, saqueia uma televisão de plasma, seja lá o que for, não sei, se o cara vai lá e arrebenta tudo porque não agüenta mais ser tratado que nem sardinha num ônibus lotado, ter que tirar dinheiro do arroz, feijão pra pagar ônibus, esse vandalismo é o primeiro, ele só ta respondendo de forma digna. E aí a gente aponta que a preocupação da imprensa foi muito mais se queimou ou não queimou a lixeira do que se bateu ou não bateu no manifestante. Então, pra imprensa [é] tranqüilo depredar pessoas, agora, depredar coisas não pode. A gente tem sido depredado cotidianamente há muitos anos, acho que desde sempre né?! Desde que existe poder, desde que existe uma classe que ta no poder, a gente é sempre depredado fisicamente. Agora, não pode quebrar um vidro, não pode quebrar uma lixeira (*apud* PRONZATO, 2014, min. 56:34 – 57:30).

Na interpretação de outro manifestante a depredação do patrimônio público e privado foi essencial na luta contra o aumento tarifário, uma vez que foram as depredações que pressionaram os governos para a revogação da tarifa:

E o que eles chamaram de vandalismo é o que resultou, inclusive, na vitória do Movimento Passe Livre com a redução da tarifa em São Paulo, porque se não houvesse aquele problema todo, então é complexo a situação, porque se não houvesse um problema realmente que atingisse a cidade, que atingisse o governo, e a única forma de isso ocorrer foi as depredações ou um descontrole mesmo daqueles manifestantes, uma manifestação meramente ordeira, pacífica não iria resultar em pressões reais ao governo (*apud* PRONZATO, 2014, min. 54:19 – 54:54).

Por outro lado o mesmo manifestante também relata como alguns manifestantes foram denunciados por outros pelas ações de depredação do patrimônio:

E havia conflitos, houve casos de manifestantes entregarem outros que eram chamados de vândalos, porque eram manifestantes que estavam na linha de frente, enfrentando a Tropa de Choque e muitos desses confrontos, onde a polícia iniciava o confronto e os manifestantes reagiam com pedras e muitas vezes depredavam símbolos do capital, como por exemplo bancos eram depredados, e aí percebe-se que eram depredações pontuais de símbolos, e era também uma reação porque a única forma de você continuar a sua manifestação era essa, diante de uma agressão policial (*apud* PRONZATO, 2014, min. 55:55 – 56:33).

CONCLUSÃO

As narrativas em torno das manifestações de junho de 2013 revelam o quanto aqueles acontecimentos tiveram interpretações e significados distintos para os diferentes atores em ação. Em contrapartida à narrativa dos oligopólios de comunicação, esteve presente a narrativa dos manifestantes. As ruas foram o palco escolhido pelos manifestantes para expressar suas reivindicações e sua ocupação significou colocar em prática suas demandas. Era preciso tomar vias

públicas para conseguir chamar a atenção das pessoas e dos governantes, daí o bordão tão utilizado nos protestos “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar” e “Desculpe o transtorno, estamos mudando o país”.

A ocupação também era um objetivo, a retomada da cidade pelo povo que, ocupando as ruas modificava diretamente seus fluxos e usos, como explica o Movimento Passe Livre. Nos jornais, a ocupação das ruas recebeu foco pelo congestionamento do trânsito, “vandalismo”, “violência” e caos por parte dos manifestantes. Após uma grande aderência popular aos protestos, os jornais analisados passaram a noticiar a ocupação das ruas como sinônimo de atitude por parte do povo.

O apoio e a grande adesão às manifestações deixou os jornais corporativos de massa sem alternativa que não aderir também. A enquete feita por José Luiz Datena, em seu programa Brasil Urgente, na TV Bandeirante, exibida no dia 13 de junho, é um exemplo que ilustra esse momento. Na enquete de Datena, o telespectador em sua maioria, apoiou os protestos, mesmo com a flagrante tentativa de indução do apresentador para que as pessoas fossem contra⁴³. O apresentador em questão perguntou ao público se eram a favor de manifestação “com baderna”, segundo suas palavras. Em um telão ao seu lado, no palco do programa, eram exibidas cenas da revolta popular.

Quando viu que a grande maioria dos telespectadores defendia a revolta e o ataque a símbolos do capitalismo, ele se viu obrigado a improvisar um discurso menos agressivo com relação aos manifestantes.

Nesse momento a grande mídia passou também a pautar as manifestações. Outro episódio específico chamou a atenção nesse sentido, o comentário feito por Arnaldo Jabor na TV Globo, no dia 12 de junho. Depois de depreciar os manifestantes chamando-os de “organização criminosa” com “imensa ignorância política” e uma “burrice misturada a um rancor sem rumo”, afirmar que os manifestantes eram de classe média e não precisavam dos R\$ 0,20 centavos e dizer que a causa pela qual os ativistas lutavam era uma “ausência de causas”, Jabor deu a sugestão para que os manifestantes lutassem pela Proposta de Ementa Constitucional 37 (PEC 37)⁴⁴.

Uma semana após ter chamado os atos de “ignorância política” e dizer que os manifestantes ali presentes não valiam “nem 0,20 centavos” e eram um “bando de jovens mimados”, pediu desculpas e precisou reconhecer serem as manifestações por muito mais que R\$ 0,20 centavos³⁰, mas insistiu vigorosamente na causa da PEC 37⁴⁵. Segundo Isaías Moraes, o comentário feito por

43 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k&t=8s>>. Acesso em 06 de agosto de 2022.

44 Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>. Acesso em 06 de agosto de 2022.

45 Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2640269/>>. Acesso em 06 de agosto de 2022.

Arnaldo Jabor foi uma “violência cultural”, uma vez que tentou “deslegitimar a pauta das manifestações e a introduzir uma nova pauta” (MORAES, 2017, p. 186).

A prioridade inicial em noticiar o trânsito congestionado, caos urbano e depredação de patrimônio é uma forma de apagamento ou esvaziamento das causas reivindicadas. Além de tentar tirar o foco das manifestações os jornais promoveram e motivaram o assassinato ou subalternização dos saberes e formas de reivindicação populares. Quando enfim reconheceram as manifestações, novamente mostraram seu racismo epistêmico ao promover e incentivar o apagamento dos saberes e formas de se manifestar populares fabricando pautas a serem reivindicadas nas ruas e usando os manifestantes para exigirem causas genéricas.

Ao abordar a ação policial, os jornais, no primeiro momento, noticiaram-na como reação ao comportamento “violento” dos manifestantes, tratando os policiais inclusive como vítimas. Mas a ação policial foi sentida mesmo antes das primeiras depredações. Os manifestantes em São Paulo já reclamavam da truculenta represaria ainda nos primeiros protestos, caracterizados por passeatas e ocupações de importantes vias da cidade. No Rio de Janeiro, a desocupação da Aldeia Maracanã em março de 2013, antes do estopim das passagens, já estava sendo denunciada nas redes sociais, sobretudo pela forte repressão policial. Este episódio fez emergir uma consciência coletiva por parte do povo sobre a necessidade de uma tática de resistência e autodefesa nas ruas.

No segundo momento, após relatos de truculência policial circularem nas redes sociais, as manifestações ganharem âmbito nacional e jornalistas serem agredidos pela polícia e presos enquanto trabalhavam, os jornais começaram então a reconhecer timidamente a violência policial, no entanto permaneceram tratando os policiais como vítimas, ainda que os manifestantes tenham relatado uma desmedida violência por parte da polícia desde as primeiras manifestações.

Já a depredação ao patrimônio público ou privado foi interpretada, nas páginas dos três jornais analisados, em uníssono, como vandalismo sem causa ou insensatez e, assim como a ocupação das ruas, justificativa para a repressão policial. Na voz dos manifestantes, depredar bancos, prédios públicos, carros ou prédios de emissoras de televisão era uma atitude que simbolizava a rejeição às instituições do poder e da elite, além de mostrar na prática que nem o Estado, nem o Capital são sagrados. Nesse sentido, a *propaganda pelo fato*, muito utilizada por anarquistas, chama a atenção com a quebra de vidraças de bancos, mas a preservação de escolas e bibliotecas, por exemplo.

A tática Black Bloc, muito presente entre os manifestantes em 2013, possui sentido político, é uma forma de ação direta, “uma forma de se comportar nos protestos de rua” a partir da qual os

manifestantes ganham visibilidade oferecendo uma crítica radical ao sistema. Depredar propriedades corporativas ou atacar a polícia, representante do Estado, é uma forma de mostrar ao “público” que nem o Estado nem a propriedade privada são sagrados (DUPUIS-DÉRI, 2007). Ao atacar fisicamente as estruturas do poder a tática Black Bloc balança os alicerces da certeza de que é impossível viver numa sociedade sem Estado ou sem capitalismo.

Ainda que a massa de manifestantes que foram às ruas em 2013 em todo o país não fosse homogênea, podemos dizer que uma parcela desses manifestantes se intitulavam anarquistas ou praticavam princípios anarquistas. Tanto os movimentos sociais que chamaram as manifestações, quanto o ciclo de greves e movimentos sociais que irromperam após o levante foram atravessados pelos valores de horizontalidade, igualdade e liberdade, autonomia, ação direta e autogoverno.

Através da comparação entre a narrativa da imprensa e a narrativa dos manifestantes e a análise das notícias e dos relatos concluímos que a imprensa empenhou-se em criminalizar os manifestantes em junho de 2013, fez isso ora focando suas notícias no trânsito congestionado e não nas causas da manifestação, ora justificando a truculência policial, tratando-a como *reação* ao congestionamento do trânsito e à depredação do patrimônio, ora narrando tal depredação como vandalismo. Os jornais optaram pelo uso de uma narrativa que procurou não apenas influenciar, mas também forçar a criminalização de manifestantes radicais, uma vez que após as manifestações serem aderidas intensamente por uma grande parcela da população nacional, os jornais corporativos passaram a aceitar esses manifestantes, implementando pautas para que eles reivindicassem.

Em contrapartida a esta narrativa, o relato dos manifestantes traz uma reflexão acerca das opressões que a população sofre cotidianamente por parte do Estado e dos governantes, além de oferecer uma perspectiva alternativa à dos veículos tradicionais de comunicação.

Tratamos aqui de duas narrativas que permearam a Revolta dos Governados, mas não podemos deixar de pontuar que existiram e ainda existem muitas outras narrativas sobre as manifestações.

Além disso, foram observados três elementos nas duas narrativas: a ocupação das ruas pelos manifestantes, a ação policial durante os protestos e a depredação de patrimônio, no entanto devemos deixar claro que existem muitos outros elementos que permeiam as manifestações e todos eles com uma complexidade específica. Por isso a discussão aqui proposta não tem a pretensão de fechar em si os debates em torno das manifestações, mas procura, sobretudo, enriquecer esse debate abrindo caminhos para além das narrativas hegemônicas, como é a da grande mídia. Por isso desde o princípio, procuramos deixar explícito tanto que não existe narrativa ou discurso neutro, como

também que a nossa narrativa parte de um *lôcus* de enunciação anarquista e decolonial. Achamos de suma importância reiterar nossa escolha teórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MARCHA da insensatez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>> .

Acesso em: 23 de nov. de 2020.

AMORIM, Silvia, CASTRO, Juliana, HERDY, Thiago. Risco de novos confrontos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130613>>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

ARAÚJO, Vera, GOULART, Gustavo. No Rio, protesto termina com a pichação do Palácio Tiradentes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130614>> .

Acesso em 23 de nov. de 2020.

ATAQUE à prefeitura e saques a lojas marcam novo protesto em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19530&anchor=5878121&origem=busca&originURL=&pd=9ffff13014ddd84313cd146a7d1bd53e>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

ATO em SP tem ataque à prefeitura, saque e vandalismo; PM tarda a agir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19530&anchor=5878105&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

BAKUNIN, M. **O princípio do Estado e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2008.

BALMANT, Cimara et al. Protestos reúnem 230 mil em 12 capitais e governantes viram alvo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130618-43708-nac-11-cid-a11-not>>. Acesso em: 4 dez. de 2020.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BLOCH, M. Comparação. In: __. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 111- 118.

BLOCH, M. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In: __. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150

CAPITAIS já baixam tarifas de ônibus; protestos continuam. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de jun. de 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130619>. Acesso em 24 de nov. de 2020.

CARVALHO, Cleide, OTAVIO, Chico. Conselho quer frear uso de armas não letais no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130616>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

CHOMSKY, Noam. **Mídia, propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF, 2019.

CONTRA tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19523&anchor=5877141&origem=busca&originURL=>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

COSTA, Ana Cláudia, GOULART, Gustavo. Vandalismo sem causa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de jun. de 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130612>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 05 - 22, jun. 2012. ISSN 2175-1803. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014> Acesso em 30 de nov. 2020

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.

ESCALADA de violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130621>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

FARATI, Tatiana, HERDY, Thiago, ROXO, Sérgio, SCRIVANO, Roberta. Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de jun. de 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130619>. Acesso em 23 de Nov. de 2020.

GALDO, Rafael. Manifestantes entram em confronto com PMs no Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de jun. de 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130611>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

GOVERNO de SP diz que será mais duro contra vandalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19524&anchor=5877205&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

GOVERNO de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19528&anchor=5877985&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de nov. de 2020

GOVERNO de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19528&anchor=5877985&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

GRAEBER, D. **Direct Action: An Ethnography**. Oakland: AK Press, 2009.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016

GROSGUÉL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e cultura**, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

HERDY, Thiago. Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130608>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. History and Theory. **Studies in the Philosophy of History**, v. 42, n. 1, fev. 2003.

LIVRE, Movimento Passe. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. VAINER, Carlos et al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANIFESTANTES causam medo, param marginal e picham ônibus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19519&anchor=5876493&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

MANSO, Bruno Paes, RIBEIRO, Bruno, ZANCHETTA, Diego. Paulistano fica refém de bombas e tiros de borracha em novo confronto. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130614-43704-nac-13-cid-a15-not>>. Acesso em 4 dez. de 2020.

MANSO, Bruno Paes. Movimento que parou SP quer ‘causar’. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130609-43699-nac-25-cid-a26-not>>. Acesso em 4 dez. de 2020.

MBAH, Sam; IGARIWEI, I. E. **Anarquismo Africano: A história de um Movimento**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2018.

MILHARES vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19529&anchor=5878043&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

MORAES, Wallace dos Santos de. 2013 **Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, Revolta do Vinagre**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2018a.

MORAES, Wallace dos Santos de. A Revolta dos governados do inverno-primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações. In: FERREIRA, Andrey C. (Org.). **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. Niterói: Alternativa, 2016. p. 353-380.

MORAES, Wallace dos Santos de. Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. **Revista Teoliterária**, v. 10, nº 21, p. 54- 78, 2020.

NAS REDES, os flagrantes da violência policial em São Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130615>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

NO 2º dia de confronto e destruição, protesto fecha Marginal do Pinheiros. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-21-cid-a22-not>>. Acesso em: 4 dez. de 2020.

O BRASIL nas ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

POLÍCIA reage com violência a protesto e SP vive noite de caos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19525&anchor=5877319&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

PRONZATO, C. **A partir de agora – as jornadas de junho no Brasil**. [Filme-vídeo]. Produção de Carlos Pronzato, direção de Carlos Pronzato. 2014. 79 min. Color. Som. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3dIPZ3rarO0>>. Acesso em 22 nov. 2020.

PROTESTO contra alta de tarifa para o centro de SP. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-43697-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em 4 de dez. de 2020.

PROTESTO contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19518&anchor=5876323&origem=busca&originURL=&pd=5aad810435679ac7db4f1ef042d2c05a>>. Acesso em 23 de nov. de 2020.

PROTESTO contra aumento do ônibus fecha Paulista e leva caos ao centro. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-43697-nac-12-cid-a12-not>>. Acesso em 4 de dez. de 2020.

PROTESTO fecha a Marginal e lentidão chega a 226km. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em: 4 dez. de 2020.

PROTESTOS se espalham pelo Brasil e põe governantes em alerta. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130618-43708-nac-11-cid-a11-not>>. Acesso em 4 dez. de 2020.

PROTESTOS violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19532&anchor=5878279&origem=busca&originURL=>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

PURO Vandalismo. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-3-edi-a3-not>>. Acesso em: 4 de dez. de 2020.

REPERCUSSÃO. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130615-43705-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em: Acesso em 4 dez. de 2020.

REPERCUSSÃO. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130618-43708-nac-11-cid-a11-not>>. Acesso em: 4 dez. de 2020.

RODRIGUES, Artur. ‘Mantive controle para não atirar’. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130613-43703-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em 4 dez. de 2020.

ROLNIK, Raquel et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013. 112 p.

SANTOS, Boaventura de Souza.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Cortez Editora, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

VANDALISMO marca ato por transporte mais barato em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19518&anchor=5876307&origem=busca&originURL=>>> . Acesso em 23 de nov. de 2020.

VENTURINI, Federico. Retomar 2013: Ação Direta e trabalho de base como práticas de resistência. **Revista Estudos Libertários**, v. 2, n. 6, p. 175-212, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39129>>. Acesso em 24 de nov. de 2020.

VIOLÊNCIA no fim de um protesto pacífico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130618>> . Acesso em 23 de Nov. de 2020.

WALTER, Nicolas. **Do anarquismo**. São Paulo: editora Imaginário, 2000.